



Curso: Direito

Grau ou Diploma: Mestrado

Ramo: Forense

Plano de estudos: Aviso n.º 19349/2019, de 2 de dezembro

Docência:

Docente(s) responsável(eis) pela unidade curricular:

Cons.ª Maria dos Prazeres Beleza

Prof.ª Doutora Rita Lynce de Faria

Outro(s) docente(s) da unidade curricular:

-

Idioma de ensino:

Português

Funcionamento:

1 aula teórico-prática semanal

Objetivos de aprendizagem:

Conhecimento das traves-mestras do sistema de recursos em Processo Civil, teórica e historicamente fundamentado; opções de sistema e respetivas consequências.

Resolução de casos práticos à luz da lei vigente e conhecimento de jurisprudência selecionada.

Breve interligação com o recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade.

Conteúdos programáticos:

1. Recursos e reclamações. Tipos de decisões judiciais.
2. Traços essenciais do sistema de recursos vigente:
 - a. Revisão ou reexame
 - b. Substituição ou cassação
 - c. Duas instâncias de recurso, impugnação de facto e de direito e limitação de acesso ao Supremo Tribunal de Justiça
 - d. Recursos ordinários e extraordinários



- e. Sistema monista, com distinção entre recursos de decisões finais e de decisões interlocutórias e autónomos e não autónomos
- 3. Recursos ordinários:
 - 3.1. Questões gerais:
 - a. Pressupostos processuais específicos
 - b. Pressupostos processuais gerais na instância de recurso
 - c. As partes e o objecto do recurso.
 - d. Efeitos da interposição de recurso. Valor da decisão pendente de recurso ordinário
 - e. Fases da marcha do recurso ordinário
 - f. Recursos em processos especiais, incidentes, procedimentos cautelares e processo executivo.
 - 3.2. Apelação
 - 3.3. Revista.
- 4. Recursos extraordinários:
 - 4.1. Para uniformização de jurisprudência
 - 4.2. Revisão.
- 5. Breve referência ao recurso de constitucionalidade.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

O programa foi desenhado de forma a permitir um conhecimento teórico das questões suscitadas em matéria de recursos e, simultaneamente, as consequências práticas das opções legislativas historicamente adotadas em Portugal.

A resolução de casos práticos e a indicação de jurisprudência relevante visam facilitar a aplicação prática e a atualidade dos conhecimentos ministrados

Método de ensino e avaliação:

O reduzido número de aulas disponíveis e a novidade da matéria implicam que a maioria do tempo letivo seja utilizada em exposição pela docente. Algum tempo será utilizado em realização de casos práticos e comentário de jurisprudência. A jurisprudência é indicada com antecedência.

A avaliação consiste num exame escrito teórico-prático. Poderá haver prova oral, de acesso facultativo.

Conhecimentos prévios recomendados (ou unidades curriculares cuja frequência prévia é recomendada):

Processo Civil (parte geral e marcha do processo)

Demonstração da coerência entre o método de ensino e os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A exposição pela docente e a resolução de casos práticos e comentário de jurisprudência permitem, em conjunto, alcançar uma compreensão teórica e prática das traves-mestras do sistema de recursos em Processo Civil.

Bibliografia:

Sem prejuízo do envio de alguns textos mais específicos e das obras gerais sobre Processo Civil:

– O Novo Processo Civil – Contributos da doutrina para a compreensão do novo Código de Processo Civil – Centro de Estudos Judiciários – e-books, – disponível em www.cej.mj.pt

– Armindo Ribeiro Mendes, Recursos em Processo Civil, Reforma de 2007, Coimbra, 2009

– Carlos Lopes do Rego, Mecanismos de Filtragem dos recursos no acesso aos Supremos Tribunais: a experiência portuguesa no processo civil, in Estudos em Homenagem ao Juiz Conselheiro António Henriques Gaspar, Coimbra, 2019, págs.255-281

– Francisco Manuel Lucas Ferreira de Almeida, Direito Processual Civil, vol. II, Coimbra, 2015

– António Santos Abrantes Geraldes, Recursos no Novo Código de Processo Civil, 5ª ed., Coimbra, 2018

– Jaime Octávio Cardona Ferreira, Guia de Recursos em Processo Civil, Actualizado à luz do CPC de 2013 (6ª Edição), Coimbra, 2014

– Fernando Amâncio Ferreira, Manual dos Recursos em Processo Civil, 9ª edição, Coimbra, 2009

– Luís Filipe Brites Lameiras, [Notas Práticas ao Regime dos Recursos em Processo Civil](#), Coimbra, 2009

– Lebre de Freitas e [Armindo Ribeiro Mendes](#), Código de Processo Civil anotado, vol. 3º- tomo I, Artigos 676.º a 800.º, 2ª Edição, Coimbra, 2008

Sobre a Reforma de 2013, aconselha-se a consulta de estudos publicados em diversas revistas (Julgar, Revista da Ordem dos Advogados, Revista do Ministério Público por exemplo)

Recomenda-se ainda a consulta dos elementos disponibilizados pelo Instituto Português de Processo Civil, em <https://sites.google.com/site/ipccivil/>

Para jurisprudência, www.dgsi.pt

Legislação:

Código de processo civil

Lei de Organização do sistema judiciário

Lei do Tribunal Constitucional

Para legislação, sugere-se a consulta de www.pgdlisboa.pt